

A PAZ ESTÁ PEDINDO ÁGUA!

Recursos hídricos e o conflito árabe-israelense

MAURÍCIO WALDMAN¹

RESUMO: Repetidamente, as leituras das guerras árabe-israelenses remetem aos direitos nacionais e territoriais, que indiscutivelmente, importam na análise das disputas que opõem judeus e palestinos. Mas, raramente os aspectos relacionados ao acesso à água são apontados nessas avaliações. O Oriente Médio como um todo é uma área crítica em termos de disponibilidade de água, e no cenário geográfico de Israel-Palestina, o tema conquista tonalidade particularmente acirrada. Israel é um país que acumulou formidável *know-how* em termos de ecoeficiência na utilização da água, feito que não pode deixar de ser citado. Contudo, para suprir sua economia e as demandas da sua população, ambas inscritas num parâmetro afluyente, Israel se apropria da água dos territórios ocupados, particularmente da Cisjordânia, o que ocorre em detrimento das demandas da população local. A água insere-se, pois, como um dado de especial relevância para avaliar o conflito e ademais, para a concertação da paz entre os dois povos.

Palavras-chave: Oriente Médio, Conflito Árabe-Israelense, Recursos Hídricos, Stress Hídrico, Relações Internacionais.

SUMMARY: Repeatedly, the readings of the Arab-Israeli wars refer to the issue of national and territorial rights, which undoubtedly are important to consider the disputes that oppose Jews and Palestinians. However, aspects related to access to water are rarely reported in these evaluations. The Middle East as a whole is a critical area in terms of water availability, and at the geographical scenario of Israel-Palestine, the issue is particularly fierce. We shall not forget that Israel is a country that has accumulated tremendous expertise in terms of eco-efficiency in water use. However, to ensure its economy and to meet the demands of its population, both aligned to an affluent parameter, Israel appropriated the water of occupied territories during the Six Day War (1967), particularly at Cisjordan (West Bank). This happens at the expense of the demands of the local population. The water is, therefore, a matter of particular importance to evaluate the conflict and in addition to the peace agreement between the two peoples.

Keywords: Middle East, Arab-Israeli Conflict, Water Resources, Water Stress, International Relations.

Nos dias de hoje, a discussão relativa aos recursos hídricos no Oriente Médio, em especial nos territórios ocupados por Israel, é uma das mais importantes do cenário político internacional. Enquanto tal, essa assertiva é particularmente verdadeira no tocante à proposição da água como fonte das iniciativas que buscam uma paz autêntica e duradoura na região.

Neste sentido, recorde-se que poucas disputas entrelaçam de forma tão íntima problemas geopolíticos e os relacionados com os recursos hídricos como a contenda que opõe Israel e Palestina. Em decorrência

¹ Doutorando em Geografia (FFLCH-USP), com projeto centrado na questão dos recursos hídricos. Pesquisa desenvolvida sob orientação do Professor Doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Site pessoal : www.mw.pro.br; E-mail: www.mw.pro.br.

deste fato, é importante precisar melhor os marcos desse debate, de importância indiscutível para o futuro do *Machrek*² e para as relações multilaterais no plano mundial.

Assim sendo, discutiremos neste texto alguns pontos considerados essenciais e polêmicos em termos de um entendimento mais detalhado do vínculo do processo de paz Israel-Palestina com os litígios referentes ao acesso às águas doces, procurando evidenciar como a questão dos recursos hídricos contribui para separar e aprofundar as divergências entre as duas nacionalidades e também os impactos que se desdobram para todos os povos da região³.

Primeiramente, atentemos para alguns dados básicos da geografia do conflito. Saliente-se que a disputa diz respeito a uma entidade espacial que desde a antiguidade greco-romana tem sido conhecida como Palestina. Esse topônimo deriva de “filisteus” (*pelishtim* em hebraico), povo que nos tempos bíblicos habitava extensa seção da faixa costeira do atual Levante⁴. Canaã ou Terra de Canaã é outro nome usado para designar o país, inspirado nos seus antigos habitantes, os cananeus. Entre os hebreus, esse espaço foi alternadamente conhecido como Terra de Israel, Judá ou Judéia. De um ponto de vista histórico e geográfico, as áreas de povoamento judaico na Palestina variaram consideravelmente, oscilando consoante a fortuna política e as peripécias decorrentes da inserção do país na economia regional de antigamente.

Assim, a título de esclarecimento, o território identificado nesse texto como Palestina é aquele cujas fronteiras foram desenhadas pelo imperialismo britânico e francês após a derrocada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, correspondendo *grossa modo* pela somatória dos atuais Israel, Gaza e Cisjordânia. Estas três áreas somadas perfaziam o território do Mandato Britânico da Palestina, comumente referendado como *Palestina Histórica*⁵.

Ainda a respeito dos limites desse país, é importante observar que a percepção do que tem constituído suas fronteiras se alterou consideravelmente ao longo do tempo. Exemplificando, a Palestina bíblica do tempo dos patriarcas corresponderia a um território bem mais amplo, abarcando largos trechos da Transjordânia, do sul do Líbano, sudoeste da Síria e boa parte do Sinai. Ao mesmo tempo, todo o sul da Palestina Histórica foi, durante séculos, um domínio territorial de povos como os idumeus, nabateus e de um profuso mosaico de etnias semíticas, nômades ou sedentárias. Quanto ao litoral, sua extensão estava quase totalmente tomada por filisteus e fenícios. No interior dessa configuração territorial, uma constelação de cidades cananeias se fazia presente. Ademais, é preciso levar em consideração que o tecido étnico atestava presença de minorias formadas por povos vizinhos - egípcios, hititas, moabitas, madianitas, arameus - que viviam lado a lado com os demais grupos.

Portanto, tudo impede que a antiga geografia humana seja encapsulada em categorias superficiais e simplistas. Na realidade, a Palestina - como qualquer outra moldura territorial reivindicada por movimentos nacionalistas - reporta em muitos momentos a uma autêntica *mitologia geográfica*, não necessariamente subsidiada por dados concretos. Daí a necessidade de referendarmos nossa explanação com base em um marco histórico mais claro, o que de resto justifica a opção pelas fronteiras do mandato britânico. Em conformidade com este parâmetro, temos no encarte situado no campo superior esquerdo do mapa que segue, o Estado de Israel, correspondendo à área destacada em vermelho. Com exceção do Mediterrâneo, toda a vizinhança do país é formada por nações árabes - Líbano, Síria, Jordânia e Egito - com os quais foram travadas muitas guerras.

² Trata-se de um topônimo de origem árabe que significa “Ilha de Oriente”, empregado para designar regiões que para a geografia ocidental, são reconhecidas como parte do Oriente Médio. O *Machrek*, no imaginário espacial árabe, contrapõe-se ao *Magreb*, isto é, “Ilha de Ocidente”, referindo-se aos atuais Marrocos, Argélia e Tunísia. Note-se que no regime de sentido da geografia tradicional árabe, ilha é tanto uma região cercada por água como por superfícies áridas.

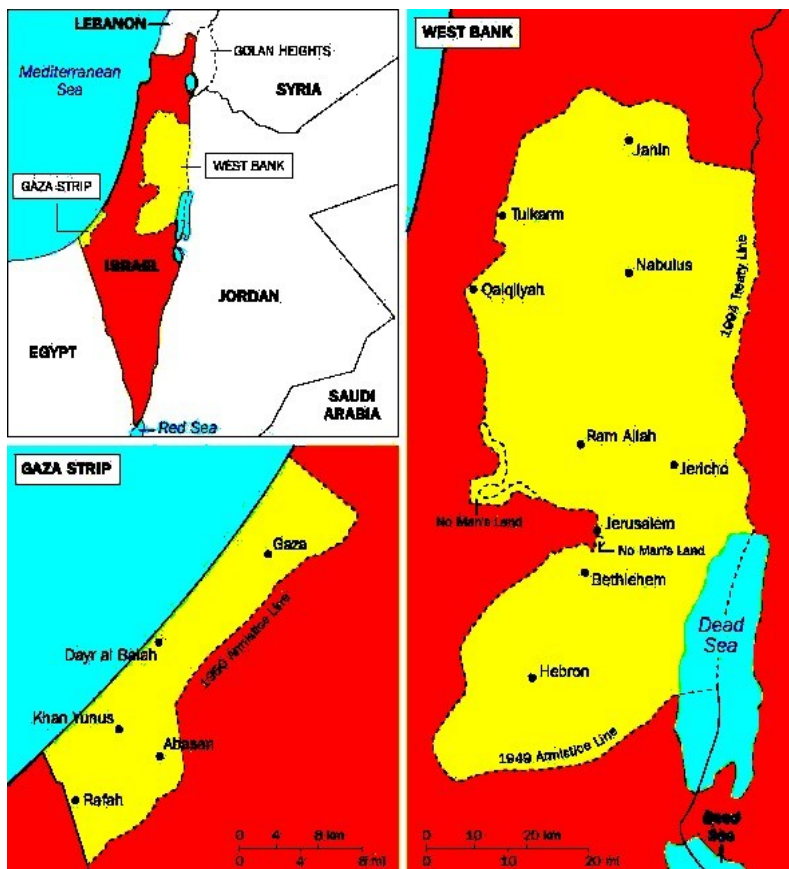
³ “Modernamente, o conflito mais grave da água é vivenciado por israelenses e palestinos, cujos mananciais disponíveis dependem de acordos entre Jordânia, Síria, Líbano, Egito e Arábia Saudita” (REBOUÇAS, 2002:19).

⁴ O termo corresponde à porção ocidental do Oriente Médio, com frequência reportando à sua orla marítima, abrangendo a Síria, Líbano, Palestina, Israel e imediações.

⁵ Importa ressaltar que o território original do Mandato Britânico incluía o que atualmente forma o Reino Hashemita da Jordânia. Esse país, também conhecido como Transjordânia, foi seccionado em agosto de 1922 das provisões relacionadas ao prontuário territorial consignado pela antiga Liga das Nações. A partir de então, Londres administrou a parte oeste do Jordão como Palestina, e a porção leste, como Transjordânia.

As fronteiras de Israel no mapa são as decorrentes das linhas de armistício de 1949 e 1950, fixadas no desenrolar do primeiro conflito árabe-israelense pela posse da Palestina ou, como denominam os israelenses, na Guerra da Independência (1948-49). Tal linha fronteira, também referida como *Linha Verde*, assim permaneceu até 1967. Os dois outros campos evidenciam mais detalhadamente, em amarelo, a Faixa de Gaza (*Gaza Strip*) e a Cisjordânia ou Margem Ocidental (*West Bank*). O termo Cisjordânia relaciona-se com o rio Jordão, isto é, corresponde às terras situadas a Oeste desse rio, contrapondo-se à Margem Oriental, ou seja, terras situadas a Leste, também conhecidas como Transjordânia. Recorde-se também que os extremistas religiosos e os radicais de direita de Israel referem-se à Margem Ocidental como Judéia e Samaria, denominações bíblicas que no passado reportavam a esses territórios.

Importa sublinhar que a Faixa de Gaza e a Cisjordânia são trechos remanescentes do que deveria ter constituído o Estado Árabe-Palestino. Pela proposta da Partilha da Palestina pela ONU em 1947, esse Estado deveria ter vindo à luz juntamente com Israel. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU - então presidida pelo embaixador brasileiro Oswaldo Aranha - a Partilha legitimou a divisão do país entre árabes e judeus, cabendo a cada dos grupos um território soberano. Tendo-se em vista que durante a citada Guerra da Independência os israelenses anexaram muitos territórios reservados pela proposta da ONU para os árabes palestinos locais, justifica-se desse modo, lançar mão da expressão “remanescente” para Gaza e Cisjordânia.



Israel, Margem Ocidental e Gaza (Mapa USAID)

árabes da vizinhança, está na origem de vários outros enfrentamentos, dentre os quais, a Guerra dos Seis Dias (1967).

Nesta linha de argumentação, embora a proposta da Partilha da Palestina tivesse reservado para o futuro Estado judaico cerca de 51% da Palestina, Israel terminou se assenhoreando, ao final da Guerra da Independência, de 78% da área total do país.

Porém, nem mesmo nos territórios residuais de Gaza e da Cisjordânia o Estado Palestino chegou a ser implantado. Derrotados em todas as frentes pelos israelenses e traídos pelas nações árabes vizinhas, os palestinos se tornaram o que, numa nomenclatura técnica, classifica-se como povo não-representado.

O destino dessas áreas residuais foi muito diferente do originalmente proposto. A Faixa de Gaza foi integrada na administração militar egípcia e a Cisjordânia, anexada ao Reino Hashemita da Jordânia. Outrossim, o cessar fogo e a fixação das fronteiras não se desdobraram numa pacificação regional. Pelo contrário, um estado de permanente beligerância entre Israel e as nações

No transcorrer desse enfrentamento, Israel conquistou de modo fulminante a totalidade Gaza, Cisjordânia e muitos outros territórios⁶, transformando-se virtualmente numa potência ocupante. A imprensa, em especial, popularizou a denominação “territórios ocupados” para se referir a estas duas regiões. Esses espaços foram mantidos sob controle absoluto de Israel até os Acordos de Oslo, em 1993. A partir desse ano, trechos da Faixa de Gaza e da Margem Ocidental foram colocados em maior ou menor grau sob o controle da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que logo foi colocada a prova por diversas vicissitudes.

Nesse cenário, o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin (1995) por um jovem israelense de extrema direita, assim como a mobilização dos setores conservadores de Israel conduziu ao poder Benjamin Netanyahu (1996), que desenvolveu todo tipo de esforços no sentido de inviabilizar e desmantelar os Acordos de Oslo. Assim, embora a Faixa de Gaza e a Cisjordânia fossem entendidas como parte de um projeto apontando para um Estado palestino, a intemperança política dos anos seguintes transformaram os Acordos de Oslo em letra morta.

No referente ao movimento nacional palestino, a chamada Proposta dos Dois Estados - isto é, o estabelecimento de um Estado palestino ao lado de Israel, e não no lugar deste - avançou a duras penas, enfrentando toda sorte de resistências internas, particularmente as capitaneadas por correntes consideradas radicais. Após muitos anos de debate interno, em 1988 a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) anunciou a aceitação da existência do Estado de Israel, acatando a Proposta dos Dois Estados. Consequentemente, a OLP abria mão de um Estado palestino cobrindo a totalidade da chamada Palestina histórica, como até então reivindicava. A partir desse divisor de águas, os palestinos passaram a defender a implantação da sua representação nacional na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, tendo a chamada parte árabe de Jerusalém⁷, também conhecida como *Al-Quds*⁸, como capital.

Assim, é importante assinalar que o fracasso dos Acordos de Oslo explica-se pela intransigência israelense em aceitar a existência de um Estado palestino, independentemente de sua extensão territorial ou configuração política. Nem mesmo a aceitação, pelos palestinos, do chamado “Estado mínimo”, isto é, restrito a Gaza e Cisjordânia, foi suficiente para aplacar a ambição de um segmento influente do espectro político israelense pelo domínio da totalidade do território da Palestina, uma posição radical que implica um posicionamento contrário a qualquer possibilidade de autodeterminação nacional para o povo palestino.

Uma ressalva fundamental é o fato dessa meta manter inequívocos rebatimentos com a questão dos recursos hídricos. A pacifista israelense Gália Golan, quando de sua passagem pela capital paulista em 2002, revelou uma das chaves para a compreensão da Intifada palestina⁹. Na ocasião, Gália Golan recordou que a atuação do governo do general Ehud Barak¹⁰ - considerado de esquerda por algumas correntes de opinião - criou várias das pré-condições da revolta palestina. Isso porque, embora oferecendo

⁶ As colinas do Golan foram tomadas nessa mesma época da Síria. Geograficamente, constituem mananciais que asseguram, a jusante, a continuidade do curso do Jordão, o principal fluxo hidrográfico regional. Seria meritório registrar tentativas árabes de desviar o curso do rio, para que dessa forma, Israel fosse privado de acesso à água, por sinal, uma das razões da Guerra dos Seis Dias.

⁷ A chamada parte árabe de Jerusalém corresponde a *Jerusalém Oriental* ou *Cidade Velha*. Note-se que trechos desse setor eram ocupados por armênios e judeus, que contavam com bairros próprios estabelecidos de longa data. Além disso, havia paralelamente à população muçulmana, uma expressiva população palestina de confissão cristã. Neste setor de Jerusalém localizam-se o Muro das Lamentações, a Mesquita de Al-Aksa e a Via Sacra, espaços religiosos de grande prestígio para judeus, muçulmanos e cristãos. A Jerusalém israelense, também conhecida como *Cidade Nova*, foi fruto da colonização judaica da Palestina, e expandiu-se a Oeste do núcleo original da cidade. Nos pós-1967, assentamentos criados na Cisjordânia praticamente agasalharam Jerusalém Oriental com povoamento condominial israelense. No exame da polêmica sobre Jerusalém, deve ser lembrado que o Plano original da Partilha de 1947, entendia que a cidade, por sua especialíssima significação religiosa, não ficaria para nenhum dos dois novos estados. Juntamente com Belém, subscrevia-se sua colocação sob proteção internacional, sob tutela das Nações Unidas.

⁸ Termo sacramentado pelo nacionalismo palestino para se referir à cidade, significando “A Santa” em árabe.

⁹ O termo Intifada, que nomeia a revolta popular palestina nos territórios ocupados (também conhecida como Revolta das Pedras) diz respeito a dois contextos. A *Primeira Intifada* foi iniciada nos anos 1980, findando com os Acordos de Oslo. A *Segunda Intifada* iniciou-se com o incidente envolvendo o general Ariel Sharon na esplanada das mesquitas (2000), situada nas proximidades da Mesquita de Al-Aksa.

¹⁰ O general Ehud Barak foi dirigente de Israel durante 19 meses, de julho de 1999 a fevereiro de 2001. Ehud Barak foi comandante de uma unidade militar de elite, ocupando diversas outras posições de destaque no exército israelense. Comandou uma Brigada de Tanques e a Divisão de Blindados e foi Chefe do Setor de Inteligência das Forças de Defesa de Israel (FDI). Participou na Guerra dos Seis Dias (1967) e na Operação Paz para a Galileia, (1982). Em abril de 1991, foi indicado chefe do Estado Maior e promovido a tenente-general, o mais alto posto militar em Israel. Em julho de 1999, apresentou seu governo ao *Knesset*, o parlamento israelense, assumindo as funções de primeiro-ministro e de ministro da Defesa.

Jerusalém como capital mútua dos dois Estados, insistiu em manter o controle do espaço aéreo do futuro Estado palestino, exigiu direitos de extraterritorialidade sobre duas estradas que atravessariam a Margem Ocidental ligando Israel até o rio Jordão (retalhando assim o futuro Estado palestino em três cantões), reclamou 10% da área da Cisjordânia (que seriam incorporados ao território israelense) e, para completar, *reivindicou a continuidade do controle israelense sobre os recursos hídricos da Cisjordânia*.

Evidentemente, os termos colocados pelo general Barak seriam inaceitáveis para qualquer palestino. Do ponto de vista meramente territorial, Ehud Barak ofereceu 90% do território esperado em Oslo. Porém, os palestinos renunciaram, com a chamada Proposta dos Dois Estados, a 78% da Palestina Histórica. Agora eles estavam sendo convidados a renunciar a mais 10% do pouco que lhes tinha restado para estabelecer sua entidade nacional. Foi demais. A intempestiva “visita” do general Ariel Sharon¹¹ em 28 de setembro de 2000 ao Monte do Templo em Jerusalém Oriental, um dos mais proeminentes marcos religiosos do islamismo, constituiu apenas o gatilho final da revolta palestina, alavancando a Segunda Intifada, deixando um longo rastro de infortúnios, sofrimentos e mortes de inocentes, de ambos os lados.

Neste cenário, a avaliação da questão dos recursos hídricos em Gaza e na Cisjordânia contribui para compreender os motivos que fizeram alastrar a rebelião palestina e o por que da repercussão do discurso dos fundamentalistas islâmicos em meio a uma massa de desvalidos, levados ao desespero por uma ocupação que se prolonga desde 1967. Destaquemos, então, alguns dos dados essenciais desta questão.

Primeiramente, assinale-se o princípio pelo qual o povo palestino possui direito inalienável à autodeterminação nacional e que tal direito é amplamente aceito pela jurisprudência internacional. *Em segundo lugar*, e pertinente a este corolário, o fato da soberania sobre os recursos naturais, dentre os quais os recursos hídricos, ser inquestionável nos territórios colocados sob sua autoridade. Tais provisões do Líquido compreendem tanto as águas de superfície, formadas pelos rios, lagos, oásis e cursos temporários de água - denominados na língua árabe de *ueds*, *wadis* ou *wadys* - quanto os recursos hídricos localizados no subsolo, isto é, os lençóis freáticos e os aquíferos.

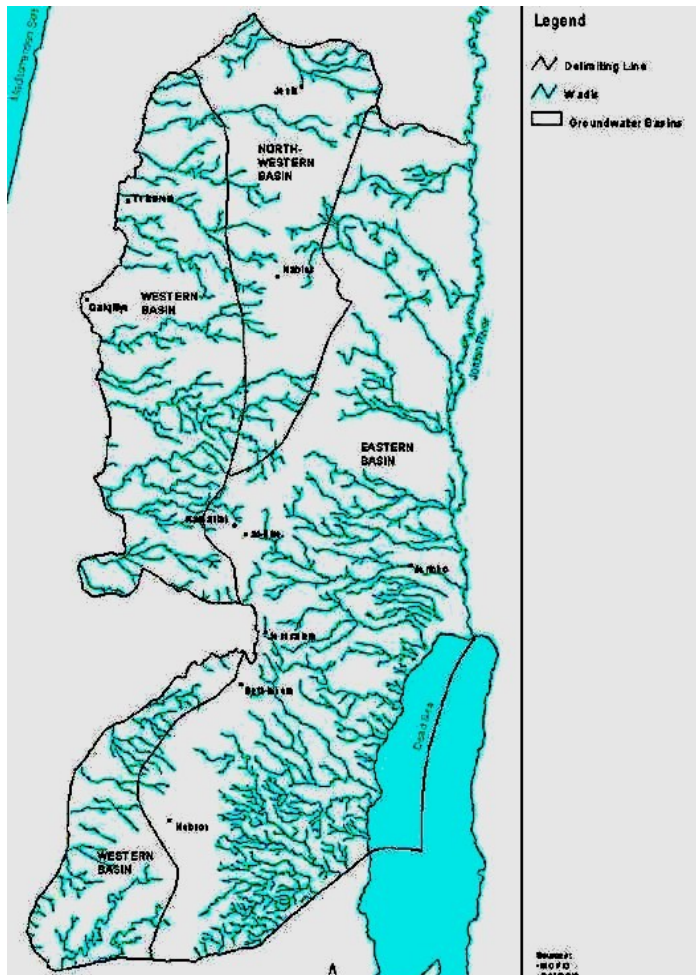
Do ponto de vista dos recursos hídricos, a Cisjordânia constitui uma área de interesse indiscutível. A região, formada por um maciço montanhoso central e pela calha do rio Jordão a Leste, possui uma rede hidrográfica de pequena expressão, porém de destacada importância no contexto da região. A rede de drenagem é formada por rios temporários - os *wadis* - cujo fluxo é dependente da pluviometria. Em especial, são de particular interesse as águas dos três aquíferos: Leste, Oeste e Nordeste, que também se estendem na direção de Israel.

Nesse sentido, recorde-se que as convenções internacionais relativas aos recursos hídricos confirmam que, nos casos de utilização de águas compartilhadas por vários países, deve ser aplicada uma utilização justa, equitativa e razoável. Evidentemente, esta norma se refere tanto para as águas de superfície quanto para os recursos localizados no subsolo. Por conseguinte, o direito palestino aos recursos hídricos situados na faixa de Gaza e na Cisjordânia - uma jurisprudência que se estenderia ao futuro Estado palestino - é um fato que não está colocado em discussão.

Nesse parecer, outras massas líquidas, como o Mar Morto, embora se tratando de um lago salgado cujas águas são impróprias para o consumo humano (possui o maior índice de salinidade do mundo), também constituem parte integrante do acervo hídrico palestino, até porque esse corpo líquido compõe o equilíbrio

¹¹ O general Ariel Sharon foi um dos principais articuladores do Partido Likud, uma das forças de direita de Israel. Nas eleições de 2001, em que pese o elevadíssimo índice de abstenção, o maior da história de Israel (mais de um terço do eleitorado), o general Sharon conquistou maioria esmagadora dos votos (63% do total dos sufrágios apurados). O general Ariel Sharon conquistou fama com base na sua atuação militar. Em 1953, tornou-se líder da Unidade 101, comandando uma operação contra a aldeia de Kibya, na Cisjordânia, explodindo 45 casas e matando 69 moradores. Durante a Guerra do Líbano, foi considerado responsável pelo massacre de mais de dois mil civis palestinos indefesos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, localizados numa região de Beirute controlada por Israel e pelas milícias cristãs libanesas. O general Ariel Sharon tornou-se conhecido por sua intransigência, propondo, por exemplo, a deportação de todos os árabes dos territórios ocupados por Israel. Na sua folha de serviços consta também a gigantesca expansão de colônias judaicas na Cisjordânia, desenvolvida durante sua gestão no Ministério da Construção de Israel (1991/1992). Compreensivelmente, o repúdio dos palestinos contra a presença de Ariel Sharon na esplanada das mesquitas decorre da sua participação em diversas ações com muitas vítimas civis. Esta manifestação, tratada com violência pelas forças de ocupação israelenses, deixou pelo menos quatro palestinos mortos, dando início ao que se conhece como Segunda Intifada. Sharon está afastado da vida pública desde 2006, em razão de um Acidente Vascular Cerebral, permanecendo desde então em estado vegetativo.

da drenagem hidrológica regional. Ademais, ressalve-se que o Mar Morto possui sais passíveis de exploração comercial, constituindo deste modo área com inerentes potencialidades econômicas.



Mapa da rede de wadis com a delimitação dos principais aquíferos da Cisjordânia (Fonte: ANP, 1999).

No entanto, e a despeito da legislação internacional, após a Guerra dos Seis Dias os recursos hídricos dos territórios ocupados foram colocados pelo governo de Israel sob controle militar. Nesse ínterim, os assentamentos israelenses em Gaza e Cisjordânia passaram a desfrutar de acesso irrestrito à água, ao passo que a população civil palestina foi proibida de abrir novos poços.

O usufruto das águas do Jordão, um rio internacional, também lhes foi vedado. De acordo com o Banco Mundial, entre 80% e 90% da água da Cisjordânia é apropriada pelos israelenses, enquanto os palestinos dispõem dos 10% restantes. As águas dos aquíferos da Cisjordânia fornecem atualmente cerca de 25% do total consumido pelos israelenses.

Certifique-se que a apropriação da água palestina iniciou-se imediatamente após a conquista dos territórios ocupados em 1967. A conquista foi sucedida por uma espantosa rapinagem dos recursos hídricos locais. Todos os poços novos perfurados ao longo dos anos seguintes à guerra passaram a fornecer água somente para Israel e para os estabelecimentos ilegais implantados desde então em Gaza e na Cisjordânia. No geral, tais colônias caracterizam-se por um elevado padrão de requisição de recursos hídricos, sustentado às expensas da população local.

A proliferação de poços novos e mais profundos a serviço dos israelenses comprometeu a vazão dos poços palestinos, muitos dos quais secaram parcial ou completamente. As autoridades israelenses não emitem licenças para o aprofundamento dos poços, pelo que a água dos poços restantes agora tem de servir às necessidades de uma população palestina vastamente aumentada devido ao crescimento demográfico. No início da ocupação, a população da Margem Ocidental atingia 940 mil pessoas. Crescendo numa taxa exponencial acima de 3% por ano, estimativas indicam que este total seria superior a 2,3 milhões em 1999. Não é de admirar, portanto, que o *stress hídrico*¹² nos territórios ocupados esteja se acentuando cada vez mais.

¹² Conceito pioneiramente lançado em 1989 pela hidróloga sueca Malin Falkenmark, também conhecido como *Índice de Stress Hídrico* (ou *WSI*, abreviatura técnica de *Water Stress Index*) ou ainda, *Indicador de Falkenmark*. O *WSI* indica um estado de alerta, identificado toda vez que o provisionamento das demandas por água encontram dificuldades para serem disponibilizadas. Para Falkenmark, o *Stress Hídrico* passa a ocorrer quando deixa de ser possível garantir o índice de 1.700 m³ de água/pessoa/ano. Contudo, adiante-se que um conjunto significativo de pesquisadores, dentre estes participantes de órgãos como Banco Mundial, departamentos da ONU, assessorias técnicas especializadas e ONG relacionadas com os recursos hídricos, tem proposto o patamar de 1.000 m³ de água/pessoa/ano enquanto parâmetro mais universal para demarcar a condição de *stress hídrico*. Quanto à *escassez de água*, esta se configuraria nas situações nas quais a oferta é inferior a 500 m³ água/pessoa/ano (REBOUÇAS, 2002:19 e 2004:68/69 e WALDMAN, 2006).

Esse contexto é agravado pela conduta das forças de ocupação. Como se sabe, de acordo com a Convenção de Genebra, o poder ocupante é responsável pela manutenção da infra-estrutura de atendimento da população civil, podendo para tanto dispor dos impostos que coleta dos habitantes locais. Todavia, a administração israelense relegou ao esquecimento obras indispensáveis de esgotamento sanitário, o que explica a disseminação de problemas de saúde nos territórios ocupados. Os sistemas antiquados de distribuição não resistiram a esse sucateamento, provocando grandes perdas através dos escapes e desperdício de um recurso escasso e vital. A questão é ainda manipulada pelos ocupantes, que culpam os próprios palestinos pelo problema do abastecimento, que seria decorrente do desmazelo e da falta de civilidade da população local.

As violações quanto ao direito de acesso à água, ocorrem inclusive ao arrepio de determinações humanitárias internacionais. A iniquidade deste processo é visível, por exemplo, no assentamento ilegal de Kiryat Arba, habitado por seis mil ortodoxos¹³. Enquanto este seletivo grupo vive em meio a gramados irrigados e suas crianças se divertem em *pools* de natação repletos de água, a população palestina da cidade vizinha de Hebron, que congrega mais de 120 mil habitantes (estimativa de 2002), vive sob racionamento com base em um impopular sistema de rodízio que garante água nas torneiras apenas por algumas horas ao longo da semana.

Este consumo desigual dos recursos de água doce na Margem Ocidental vincula-se diretamente com a dominação israelense. Apregoa a lei internacional que os recursos hídricos locais compartilhados por Israel e pelos palestinos deveriam ser divididos de modo equânime, atendendo as necessidades de cada beneficiário. Contudo, proibindo o acesso dos palestinos à água dos aquíferos e da rede hídrica formada pelo rio Jordão, a imposição criou uma falta crônica de água para a população local.

A escassez premeditada de água tornou obrigatório o recurso à água adquirida a preços exorbitantes de caminhões-pipa. Os preços da água distribuída pelos caminhões tanque são quatro vezes mais altos que os preços subsidiados pagos pelos integrantes dos assentamentos ilegais mantidos pelo governo israelense. As despesas para a aquisição de água têm constituído um pesado ônus financeiro para as famílias que vivem em comunidades que sequer estão conectadas a uma rede de distribuição, sendo geralmente muito pobres. Em termos da remuneração, o preço da água para os palestinos é dos mais iníquos. Caro e de periodicidade irregular, este sistema, no entanto, tem respondido por fração crescente das necessidades de água potável pela população dos territórios ocupados.

Gaza, território do qual Israel retirou-se unilateralmente em 2005 na esteira da Operação Desengajamento, a situação é mais crítica de todas. Tratando-se de um pequeno enclave de 365 km² habitado por 1,1 milhão de palestinos (estimativa de 2002), o território é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo: 3.200 hab/km² em média. Em Gaza, o nível de salinidade e o precário sistema de evacuação dos efluentes domésticos tornam a água dos lençóis subterrâneos crescentemente imprópria para o consumo. Quanto ao aumento da salinidade, este decorre da exaustão dos lençóis freáticos, pois a retirada excessiva de água favorece a intrusão salina das águas do Mediterrâneo. Em 1996, um relatório elaborado pelo Banco Mundial assinala que Gaza constitui o mais inquietante de todos os casos de *stress hídrico* registrados ao redor do mundo. Nos dias de hoje, 40% da população de Gaza não dispõe de água segura para seu abastecimento¹⁴.

Ademais, o governo do general Sharon tem construído o Muro da Cisjordânia, um sistema de rastreamento, detecção e separação do corpo principal da população palestina de qualquer contato com Israel¹⁵. Essa obra pressupõe a incorporação de vastos trechos da Cisjordânia, pois os mesmos estariam

¹³ Parte significativa da população israelense nos territórios ocupados é adepta das vertentes fundamentalistas e ultra-religiosas do judaísmo, no geral afinadas com um discurso de extrema-direita. Esse segmento se caracteriza por opiniões autocentradas, diante das quais, não só os palestinos, mas inclusive os setores laicos da população israelense, seriam indesejáveis.

¹⁴ Entrementes, os grupos economicamente privilegiados de Gaza desfrutaram do *Crazy Water Park*, inaugurado em 2010, um empreendimento milionário encetado por financistas ligados ao governo do Hammas, onde a elite local pode desfrutar de amplos sistemas aquáticos, pedalinhos, cafés temáticos e luxuosa rede de restaurantes (Nota agregada à edição de 2011 desse texto).

¹⁵ Todavia, recorde-se que a *Cerca de Segurança* ou *Barreira Antiterrorismo*, tal como o sistema foi nominado pelo jargão institucional israelense, a despeito de ter recebido considerável impulso no governo Sharon, já tinha sido proposto por Yitzhak Rabin em 1992. Aliás, as primeiras seções do Muro foram construídas no transcorrer das negociações de Oslo de 1994. Seria pertinente rubricar que seu traçado excede em vários pontos a linha de armistício de 1949-1950. Pontualmente, admite afirmar que sua construção acata a

situados na “parte israelense” do muro, implicando objetivamente numa anexação. Este muro procura igualmente manter o controle de Israel sobre diversos pontos de recarga hídrica dos aquíferos da Cisjordânia. Exatamente por essa razão, a obra deve ser entendida como parte da estratégia israelense de controlar o essencial da água da região em proveito próprio.

Essa agenda implica em elevado ônus para a população local. O volume de recursos hídricos disponibilizados aos palestinos está entre os mais críticos do Planeta, sendo insuficiente para atender às necessidades da agricultura e de alimentos da população local. De acordo com um registro do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, o setor agrícola palestino representa 15% do Produto Nacional Bruto dos territórios ocupados, empregando 20% da população economicamente ativa. Porém, somente 6% das terras aráveis são irrigadas e a agricultura, ainda assim, consome 70% da água disponível, que em razão do seu baixo nível técnico caracteriza-se por elevadas taxas de desperdício.

Este verdadeiro nó górdio de problemas resulta dos princípios que têm norteado a ocupação israelense, especialmente a partir da hegemonia que os grupos conservadores conquistaram no interior da sociedade israelense. Neste leque de inferências, as imposições objetivas do sistema agrícola israelense constituem menção obrigatória, pois, para garantir sua competitividade, tal modelo requisita enormes volumes de água. Constitui fato sobejamente conhecido que Israel dispõe de uma das mais elevadas porcentagens de agricultura irrigada do mundo, alcançando aproximadamente 50% da sua superfície cultivada, sendo que a atividade tem que enfrentar diversos óbices naturais para ser desenvolvida¹⁶.

A agricultura responde por 70% da água doce consumida por Israel. Esta água é vendida aos fazendeiros israelenses a um preço simbólico, dado que fortemente subsidiado. Tanto quanto o indiscutível padrão de excelência da sua tecnologia de irrigação¹⁷, esse *input* hídrico não-contabilizado contribui para o sucesso comercial israelense em termos das exportações de alimentos, sustentada indiretamente pelo desabastecimento palestino.

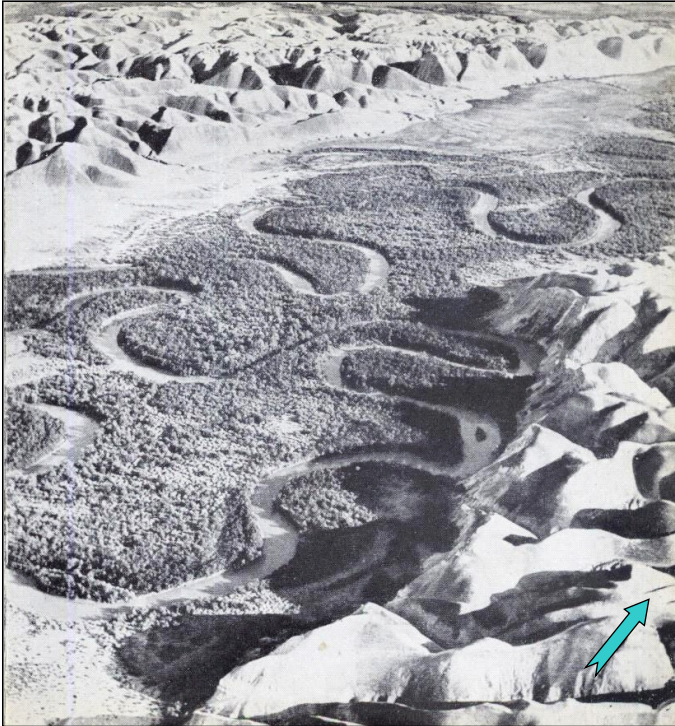
A água subsidiada incentiva a expansão de cultivos hídrico-intensivos, caso bastante conhecido do algodão, que de outra maneira seria antieconômico para Israel. *Pari passu*, essa política hídrica constitui alavanca financeira de primeira ordem para o sistema configurado na modalidade *kibbutzim* (estabelecimentos rurais coletivos) e *moshavim* (cooperativas agrícolas), que constituem dois sustentáculos históricos da moderna agricultura de Israel. Incensados como iniciativas agrícolas modelares, os *kibbutzim* e os *moshavim* seriam, no entanto, inviáveis na ausência do desabastecimento imposto aos palestinos.

Existem também outras implicações, basicamente de ordem ambiental. Além da poluição em larga escala dos recursos hídricos por nitratos, a superexploração dos aquíferos alcançou níveis alarmantes. Os aquíferos da Cisjordânia, intensamente explorados, chegaram a um ponto crítico, pois a recarga dos lençóis subterrâneos de água pelas precipitações pluviométricas tornou-se insuficiente para a reposição das retiradas. Esse fato está comprometendo a viabilidade desse manancial subterrâneo, muito suscetível em vista da região ser semidesértica, com inconstância e grande variabilidade no índice de precipitações. A estas seqüelas ambientais podemos agregar o decréscimo do nível do Lago Genesaré e do próprio Mar Morto, em razão da superexploração das águas do rio Jordão.

orientação de consolidar *uma fronteira de facto* abarcando áreas vitais de recarga de águas subterrâneas.

¹⁶ Recorde-se que Israel “pratica irrigação numa faixa do seu território onde a pluviometria média é de apenas 200 mm/ano, logrando alta produtividade agrícola com a aplicação de uma taxa de irrigação da ordem de 6.000 m³/ha/ano. Esta taxa situa-se entre 12.000 e 20.000 m³/ha/ano em outras regiões do mundo, relativamente mais favorecidas em termos de disponibilidades de água e clima” (REBOUÇAS, 2002:19).

¹⁷ Ressalve-se que as colheitas israelenses são obtidas em um quadro geográfico no qual a escassez física de água dispensa maiores comentários. Comparando Israel com o semi-árido do Nordeste, ponderou o geógrafo brasileiro Manuel Correia de ANDRADE: “Convém salientar, para dar uma ideia do déficit de umidade, que no sertão brasileiro, em Cabaceiras, na Paraíba, o município mais seco do país, chove 259 mm por ano, *dez vezes a quantidade de chuvas que caem em certas áreas de Israel*” (1977:68, grifo nosso). Mas, mesmo os ganhos de tecnologia são insuficientes diante da falta crônica do líquido vital. Assim, sem desmerecer a competência israelense na gestão das águas doces presentes em seu território, essa reconhecidamente não dá conta de atender as necessidades do seu sistema produtivo e consumo da população. Tal lacuna induziu o Estado de Israel a uma política de apropriação de recursos hídricos alheios ao seu domínio direto, logrando com isso assegurar à sua população um índice de consumo de água em média cinco vezes superior ao dos países dos arredores, uma situação ímpar em todo o Levante (ELLIOTT, 1998:224).



Meandros do Rio Jordão: A foto, datada dos anos 40 do século passado, registra o trecho final do rio, pouco antes de desaguar no Mar Morto. (Fonte: Israel, *Die Goldenen Bücher*, 1969, página 81. A seta indica a direção norte).

Quanto aos palestinos, a taxa de consumo em 1967, isto é, anteriormente à ocupação israelense, já era insuficiente. Mas a situação foi consideravelmente agravada com a ocupação israelense.

Para completar, a atual severidade da escassez de água não dá mostras de cessar e se aprofunda a cada ano que passa. Decisivamente, algo deve ser feito para aliviar a crise palestina de recursos hídricos, e preferencialmente de modo rápido. Porém, os governos conservadores de Israel têm-se recusado terminantemente a ceder o que quer que seja em termos do que entendem ser “a sua parte” da água aos palestinos.

Deste contexto extrai-se a óbvia conclusão de que as mudanças no cenário político e de utilização dos recursos hídricos passam em primeiro lugar - e obrigatoriamente - pela mudança profunda do *status quo* político de Israel. E isto não somente para que a paz com os palestinos seja firmada. Na realidade, a própria sobrevivência de Israel depende de uma estratégia de solidariedade para com os povos vizinhos, em especial com o povo palestino.

A solução a ser implantada deve ser necessariamente justa, de modo a tornecer ao povo palestino uma base firme para seu desenvolvimento social e econômico, porque a paz é fruto da justiça. E justiça, neste caso, significa garantir o acesso à água a todos os povos interessados, de modo equitativo e satisfatório, de tal forma que a vida possa continuar a frutificar, consolidar-se e fluir, como essas águas tão disputadas, que ignoram quanto foram transformadas em objeto de cobiça.

E isto para nada mais recordar além do fato de que estas águas são de todos, simplesmente pelo motivo de que não há o que justifique privar povos e pessoas do acesso à água. E que assim seja!

Shalom, Salaam, Paz!

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

AKCELRUD, Isaac, 1985, *O Oriente Médio*, Coleção Discutindo a História, 2ª edição, co-edição Unicamp/Atual, Campinas, São Paulo, SP;

AMBROSIO, Marcelo, 2005, *Diplomacia da Água*, artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de Domingo, 05-06-2005, Rio de Janeiro, RJ;

ANDRADE, Manuel Correia de, 1977, *Geografia, Região e Desenvolvimento: Introdução ao estudo do “aménagement du territoire”*, 3ª edição, Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, Recife;

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1979;
- BARNAVI, Eli, 1992, *A historical atlas of the jewish people: from the time of the patriarchs to the present*, Alfred A. Knopf, Nova York, EUA;
- BRETON, Roland J. L., 1990, *Geografia das civilizações*, Série Fundamentos, nº 60, Editora Ática, São Paulo, SP;
- B'TSELEM - THE ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES: www.btselem.org/
- DAR, Zuri; HERMONI, Oded. *Water: The Crude Oil of the 21st Century?*, Haaretz, Tel Aviv, 20 jun. 2005;
- ELIADE, Mircea, 2000, *As Águas e o Simbolismo Aquático*, excerto de *Tratado de História das Religiões*, Ligação, nº 9, edição de Março/Abril de 2000, publicação da SABESP, São Paulo, SP;
- ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. Reino Unido: Macmillan, 1998;
- ISRAEL, *Die Goldenen Bücher*, Suíça, Hallwag SA Berne, 1966;
- JONES, Emrys, 1966, *Geografia Humana*, Nueva Colección Labor, nº 16, Editorial Labor S.A., Barcelona, Espanha;
- LE MONDE DIPLOMATIQUE: www.monde-diplomatique.fr/cartes/
- PALESTINE CENTER FOR HUMAN RIGHTS: www.pchrgaza.org/
- RAFFESTIN, Claude, 1993, *Por Uma Geografia do Poder*, Série Temas, Volume 29, Geografia e Política, Editora Ática, São Paulo, SP;
- REBOUÇAS, Aldo da Cunha. *Uso Inteligente da Água*. São Paulo: Escrituras, 2004.
- _____. Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galiza. (Orgs.). *Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2002.
- SELBORNE, Lord, 2002, *Ética do Uso da Água Doce*, Cadernos UNESCO Brasil, Volume 3, UNESCO, Brasília, DF;
- SHIKLOMANOV, IGOR A., 1999, *World Water Resources and their Use*, UNESCO, material preparado para a UNESCO, disponível *on line* no link: <http://webworld.unesco.org/water/ihp/db/shiklomanov/index.shtml>, acesso em 07-12-2004;
- UNESCO: *Grounwater Ressources of the World and their Use*. 2004
- VILLIERS, Marc de, 2002, *Água – Como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI*, 1ª edição, Edições Ediouro, Rio de Janeiro, RJ;
- WALDMAN, Maurício. *Água e Metrópole: Limites e Expectativas do Tempo*. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006; Texto disponível *on line* no link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20062007-152538/pt-br.php>
- _____. Maurício. 1989, *Judeus e Palestinos - A Conjugação Possível*, in revista *Teoria e Debate* nº 6, Abril/Maio/Junho de 1989, páginas 57/59; Texto disponível *on line* no link: http://www.mw.pro.br/mw/hist_judeus_e_palestinos.pdf
- _____. Maurício. 1988, *A Guerra dos Territórios Ocupados*, in jornal *PT São Paulo*, Coluna Internacional, nº 48, Janeiro/1988, página 8, São Paulo, SP; Texto disponível *on line* no link: http://www.mw.pro.br/mw/hist_guerra_nos_territorios_ocupados.pdf

POST-SCRIPTUM: Desde 2004, quando esse texto foi publicado, a questão dos recursos hídricos agravou-se em todo o mundo e nesse cenário, o Oriente Médio foi marcado por um recrudescimento de uma situação já crítica de abastecimento e de acesso à água. Nesse prisma, o texto recebeu pequenos adendos em termos de informação e de citações bibliográficas. Quanto ao panorama político, as premissas básicas permanecem inalteradas. É opinião do autor, referendada em outros textos e materiais, que a existência de um Estado Palestino é pré-condição para que algum tipo de consenso possa ser construído para disponibilizar um recurso vital, a água, cujas provisões são regionalmente exíguas, requerendo muita sabedoria no seu uso e distribuição. A proverbial competência técnica de Israel nas tecnologias referentes ao uso inteligente da água podem ser disponibilizadas para proveito do povo palestino, com o qual, Israel deve manter relações privilegiadas de amizade e boa vizinhança. Tal como no resto do mundo, a agenda hídrica regional é merecedora de revisão urgente, tendo precedência as medidas mitigadoras do consumo e rediscussão dos modelos hídrico-intensivos de produção e de consumo. As recentes manifestações que ocorrem em Israel questionando o *status quo* são muito alvissareiras. Promissoras por colocarem em cheque o fundamentalismo ortodoxo e a miopia da direita israelense. Elas ocorrem num mesmo momento em que o mundo árabe também assiste mobilizações sem precedentes, que mostram os limites de discursos nacionalistas inflamados, incapazes de dar conta das necessidades básicas das suas populações. Talvez exatamente isso possa abrir novos caminhos para a Paz. Nem Israel e tampouco os palestinos tem de fato lucrado com posicionamentos exclusivistas, alheios às razões que cada um dos lados tem a mostrar. Muita água ainda irá correr pela frente. Vejamos então o que a realidade e o desejado bom senso tendem a mostrar para um mundo cansado de guerras inglórias e batalhas que apenas têm trazido tristeza e infortúnios para ambos os lados. Estejamos, pois atentos ao novo, para que o indesejável seja superado. Apoiemos então a esperança, a Paz e as novas águas da vida!
(São Paulo, 04-09-2011).

AUTORIZADA CITAÇÃO E/OU REPRODUÇÃO DO TEXTO ACOMPANHADA DA REFERÊNCIA:

WALDMAN, Mauricio, *A Paz Está Pedindo Água: Recursos Hídricos e o Conflito Árabe-Israelense*. Revista Cosmos, Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas. UNESP: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, páginas 29-34. 2004.

PUBLICAÇÕES DO MESMO AUTOR

LIXO: CENÁRIOS E DESAFIOS, CORTEZ EDITORA, 2010
Saiba mais: <http://www.lojacortezeditora.com.br/lixo.html>

MEMÓRIA D'ÁFRICA -TEMÁTICA AFRICANA EM SALA DE AULA, CORTEZ EDITORA, 2007
Saiba mais: <http://www.lojacortezeditora.com.br/cortez-902.html>

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006
Saiba mais: http://books.google.com.br/books/p/senac?id=z4ns-luC4LwC&dq=Meio+ambiente+%26+antropologia&hl=pt-br&source=gbs_summary_s&cad=0

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br
Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman
Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>